

OS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA AO TEMPO DE RODRIGUES DE FREITAS (1)

MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO
IRENE MARIA VAQUINHAS
(Faculdade de Letras da U. de Coimbra)

Aspectos gerais do percurso do lente universitário

A análise efectuada sobre os professores da Universidade de Coimbra, da reforma pombalina à reforma republicana, permitiu-nos obter o retrato de um grupo sociologicamente marcante na vida nacional. Alguns traços da imagem e do percurso do professor universitário se podem delinear.

O doutoramento marcava o início da carreira académica e o culminar de um trajecto académico distinto, mas selectivo. O acesso à docência universitária era bastante limitado. O *numerus clausus* era determinado pelo número de lugares de que dispunha o colégio dos professores. Assim sendo, a admissão de um novo professor ocorria na sequência da demissão ou da morte do seu predecessor.

Com ritmos diferenciados, a evolução registada no recrutamento dos professores reflecte as vicissitudes da instituição universitária, ecoando também o impacto dos períodos de crise vividos em Oitocentos. É sintomático, por exemplo, o ritmo acelerado dos doutoramentos em 1778-1795, como é igualmente significativo o declínio nos efectivos doutorados verificado em 1823-1834 ou nos anos que antecedem a implantação da República. Explicações várias, mas não definitivas, podem justificar o incremento ou contracção do número dos doutorados e o ritmo de recrutamento dos professores. Pode adiantar-se que razões financeiras e alterações legislativas ajudam a caracterizar melhor os horizontes em que todo esse processo se movimentou desde os finais do século XVIII até ao fim da primeira década do nosso século. Na verdade, as alterações decorrentes do *Regulamento de 1871* tentam uma modificação (meramente parcelar) do sistema de ensino universitário de molde a acentuar-se a melhoria da qualificação e da produtividade dos seus agentes.

No decurso do século XIX a Universidade “laicizou-se”. O quadro docente da Faculdade de Teologia, a partir da reforma de Passos Manuel, em 1836, contraiu-se significativamente. Com efeito, uma concepção utilitarista do saber, num clima de mudanças e de renovações na sociedade, explica a imperativa necessidade de um ensino laico, mas também “burguês”.

A diminuição do número dos docentes eclesiásticos e a origem social dos professores universitários, que provêm dos estratos médios ou médios superiores da sociedade, demonstram a correlação entre o significado da renovação da morfologia social do corpo docente e o anelo por uma nova sociedade.

Pode dizer-se também que a análise comparativa da origem geográfica patenteia um notório desequilíbrio regional. Significa isto que a região centro (distritos de Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Lisboa, Santarém e Viseu), por razões geográficas e de natureza económico-social, alimentava em maior número o quadro do magistério universitário.

O ingresso na Universidade ocorria entre os 14 e os 18 anos de idade e uma percentagem considerável dos professores tomava graus ou insígnias doutorais antes dos 29 anos e alguns mesmo com menos de 24 anos. O confronto entre a data do doutoramento e a da jubilação, data que oficialmente põe termo ao exercício do magistério, permitiu verificar que o percurso do lente era longo e era vulgar preencher meio século da sua vida. Anos penosos, não compensados sequer por uma carreira atractiva nem tão pouco pela remuneração económica. Não admira por isso que, face a condições de trabalho sem grandes garantias de promoção e pouco aliciantes em termos remuneratórios, muitos investissem em outras formas de poder social, em particular político, tirando partido da caução científica e do capital simbólico que lhes era conferido pela função de professor de uma das mais antigas e prestigiadas universidades da Europa e ocupassem altos cargos, entre os quais o de deputado às cortes.

Os docentes universitários ao tempo de Rodrigues de Freitas

E quanto aos docentes naturais do Porto ou do seu distrito - poder-se-á perguntar - quem eram? qual o seu número? Que carreiras escolheram? Que funções desempenharam? No elenco dos professores da Universidade de Coimbra, de 1772 a 1911, estes perfaziam um total de 82 elementos, equivalendo à percentagem considerável de 10% da totalidade do corpo docente. No lapso de tempo correspondente ao período de vida de Rodrigues de Freitas, a representação do Porto era assegurada por 30 docentes que se distribuíam da seguinte forma pelas diversas Faculdades: 12 em Direito, 7 em Teologia, 5 em Matemática, 4 em Filosofia e 2 em Medicina². Embora a pluralidade de formações seja bem patente, a dominância centra-se nos estudos jurídicos, precisamente aqueles que beneficiam da maior predilecção na segunda metade do século XIX, visto assegurarem uma preparação considerada suficiente para as carreiras política e administrativa.

O percurso universitário deste grupo de docentes, desde o ingresso na Universidade, como estudantes, até ao termo da actividade académica, como

professores jubilados, não se afasta dos demais docentes. São, porém, em escasso número, aqueles que permanecerão na cidade de Coimbra até ao fim dos seus dias, optando, a grande maioria, pelo regresso à terra natal ou a outras localidades do resto do país ou do estrangeiro³. Todavia, o vínculo afectivo à Universidade ou à cidade que adoptaram como sua durante vários anos permanecerá, não obstante a distância. São elucidativas, a este propósito, as palavras de Francisco Gomes Teixeira, natural de Viseu, considerado pelos especialistas como o maior matemático do século passado, que apesar da sua deslocação para a cidade do Porto, a fim de leccionar na Academia Politécnica, se manteria ligado à Universidade onde fez a sua formação: “A Universidade de Coimbra - escreve este docente, em 26 de Abril de 1900, em carta ao reitor - a que me ligam as mais gratas recordações da minha vida, dirigiu os meus primeiros passos no caminho das ciências, animou-me com as suas classificações, concedeu-me o mais elevado dos graus que ela confere e admitiu-me no seu professorado. Depois, apesar de me ter ausentado dela, tem continuado a animar-me com o seu aplauso e a honrar-me com a sua aprovação na luta contra as dificuldades da ciência”⁴. Meras palavras de conveniência? Não nos parece e nada permite duvidar da sinceridade do depoimento.

No seio da comunidade académica portuense sobressaíram importantes vultos que, pelo mérito científico ou pela influência política, se projectaram ao nível nacional e internacional. Destacam-se, no âmbito da ciência jurídica, e entre outros, as figuras de José Machado de Abreu (1794-1857), que viria a ser reitor da Universidade de Coimbra e presidente da Câmara Municipal desta cidade; António Frutuoso Aires de Gouveia (1828-1916), eminente jurista, paladino da abolição da pena de morte em Portugal e ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça durante a monarquia constitucional e José Ferreira Marnoco e Sousa (1869-1916), “o maior vulto da Faculdade de Direito nos inícios do século XX”, nas palavras de Fernando Catroga⁵, jurista distinto que viria a assumir a pasta da Marinha e do Ultramar e a presidência da edilidade conimbricense durante o período conturbado do final da monarquia⁶. Sobressaem também, no campo das ciências, José Pereira da Costa Cardoso (1831-1886), reitor do liceu do Porto e benemérito, tendo deixado muitos legados a obras de beneficência, e Agostinho Albano Pinto da Silveira (1785-1852), cientista, presidente da Comissão Sanitária do Porto durante a epidemia de 1833 e ministro da Marinha durante o consulado cabralista. Ambos integram os corpos docentes das escolas superiores sediadas no Porto, mais precisamente da Academia Politécnica e o da Escola Médico-Cirúrgica, da qual Agostinho Albano Pinto da Silveira foi director em 1826.

Porém, se os docentes naturais do distrito do Porto tiveram um peso significativo na Universidade de Coimbra, também esta Universidade se

revê, de certa forma, nestas instituições, em particular na Academia Politécnica, escola superior a quem o reitor Domingos Fezas Vital, em Julho de 1927, chamava sugestivamente “a irmã” da Universidade de Coimbra⁷. Com efeito, uma análise da composição do corpo docente da Academia Politécnica permitiu verificar que, dos 20 professores em funções nos anos lectivos de 1898-1899 a 1904-1905, 15 (75%) eram bacharéis e doutorados pela Universidade de Coimbra, mais precisamente, em Filosofia (5), Matemática (6)⁸ e Direito (1). A influência desta instituição não se reflectiu apenas na preparação científica do seu corpo docente⁹, que, aliás, permitiu à Academia Politécnica oferecer aos seus estudantes bons especialistas em numerosos domínios das ciências matemáticas e técnicas, mas concretizava-se igualmente numa colaboração estreita, sendo usual a permuta de professores mediante o sistema de comissões de serviço¹⁰.

Retrato incompleto, imperfeito, permanece ainda o conhecimento desta elite de intelectuais envolto em numerosas obscuridades. Avançar-se neste domínio é, no entanto, fundamental para se compreender as mutações e os bloqueios do processo do ensino superior oitocentista português. Não teria razão, Henrique Teixeira Bastos, docente da Universidade de Coimbra e cidadão portuense, quando na sua conferência sobre **Autonomia Universitária**, afirmava “não se pode contrariar pela força a evolução normal do organismo que é uma universidade”¹¹? Só, na verdade, o conhecimento do todo - professores, estudantes, funcionários - poderá permitir, ontem como hoje, uma profunda reestruturação desse organismo vivo que é a Universidade.

NOTAS

1. O texto desta comunicação, do qual apresentamos um breve sumário, faz parte de um estudo mais vasto a publicar no 2º volume da **História das Universidades** (no prelo).
2. Trata-se dos seguintes professores: em **Direito**, José Machado de Abreu (1794-1857), Abel Pereira de Andrade (1866-1958), João Marcelino Arroio (1861-1930), Bernardino Joaquim da Silva Carneiro (1803-1867), António Cândido Ribeiro da Costa (1850-1922), Francisco Joaquim Fernandes (1869-1923), António Frutuoso Aires de Gouveia (1828-1916), António de Assis Teixeira Magalhães (1850-1914), Casimiro de Castro Neves (1813-?), José Ferreira Marnoco e Sousa (1869-1916), João José de Oliveira Vidal (1773-1841) e Rodrigo Nogueira Soares Vieira (1818-1863); em **Teologia**, José Joaquim Oliveira Guimarães (1877-1960), Joaquim Alves da Hora (1853-1917), João Tomás de Sousa Lobo (1793-1848), Bernardo Augusto de Madureira (1842-1926), D. Vitorino da Conceição Teixeira Neves Rebelo (1800-1881), Fr. José da Sagrada Família (1788-1858) e Manuel Bento Rodrigues da Silva (1800-1869); em **Matemática**, José Pereira da Costa Cardoso (1831-1886), Florêncio Mago

- Barreto Feio (1841-?), Gonçalo Xavier de Almeida Garrett (1841-?), Joaquim Gonçalves Mamede (1818-1880) e Fr. António de Santo Ilídio da Fonseca e Silva (1784-1849); em **Filosofia**, Albino Alão (1802-?), Henrique Teixeira Bastos (1861-1943), Albino Augusto Geraudes de Morais (1825-1888) e Agostinho Albano Pinto da Silveira (1785-1852); em **Medicina**, Francisco António Alves (1832-1873) e António da Cunha Vieira de Meireles (1836-1873).
3. São 8 (26,6) os docentes que permanecerão na cidade de Coimbra até ao fim dos seus dias; 6 (20%) aqueles que regressarão ao Porto; 6 (20%) aqueles que morreram em outras localidades e 10 (33,3%) aqueles cuja localidade do óbito é desconhecido.
 4. Arquivo da Universidade de Coimbra, *Processos de professores - Francisco Gomes Teixeira*.
 5. "O sociologismo jurídico em Portugal e as suas incidências curriculares (1837-1911)", **Universidade (s), História, memórias, perspectivas, Actas do Congresso História da Universidade**, vol. I, Coimbra, 1991, p. 414.
 6. Assumiu o cargo de presidente municipal durante os triénios 1904-1907 e 1907-1910. Cfr. Guilherme Braga da Cruz, **A Revista de Legislação e de Jurisprudência. Esboço da sua história**, vol. I, Coimbra, 1975, pp. 456-462. Para um apontamento biográfico mais circunstanciado deste professor veja-se, também, Álvaro da Costa Machado Vilela, "O Dr. José Ferreira Marnoco e Sousa (Notas biográficas)", **Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**, ano II, Março de 1916, n.º 17, pp. 329-361.
 7. Carta enviada pelo reitor da Universidade de Coimbra e datada de 26 de Julho de 1927, Arquivo da Universidade de Coimbra, *Processos de professores - Francisco Gomes Teixeira*.
 8. Havia igualmente três professores com formação de Matemática e Filosofia, **Anuario da Escola Polytechnica do Porto**, ano lectivo de 1898-1899, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1899. Eram os seguintes os docentes cuja formação académica fora feita na Universidade de Coimbra: Conde de Campo Belo, António Joaquim Ferreira da Silva, José Diogo Arroio, Manuel da Terra Pereira Viana, Venceslau de Sousa Pereira Lima, Francisco Gomes Teixeira, Roberto Rodrigues Mendes, Luís Inácio Woodhouse, Manuel Amândio Gonçalves, Duarte Leite Pereira da Silva, Vitorino Teixeira Laranjeira, Aarão Ferreira de Lacerda, José Pedro Teixeira e Roberto Alves de Sousa Ferreira.
 9. Luís A. de Oliveira Ramos, "Sobre a identidade universitária do Norte de Portugal", **Revista de História**, vol. VII, Porto, INIC, 1986-1987, pp. 199-208.
 10. É o caso, por exemplo, de José Pereira da Costa Cardoso que esteve em comissão de serviço na Academia Politécnica de 2 de Abril de 1864 a 29 de Setembro de 1868, vindo a ser nomeado lente desta instituição em 14 de Abril de 1869. (Arquivo da Universidade de Coimbra, *Processos de professores - José Pereira da Costa Cardoso*).
 11. **Autonomia Universitária**, Coimbra, Tipografia França Amado, 1920.

